

TERRITORIALIDADES E ETNOGRAFIA: Avanços metodológicos da  
análise geográfica de comunidades tradicionais

*TERRITORIALITIES AND ETHNOGRAPHY: Methodological advances  
from the geographical analysis of traditional communities*

*TERRITORIALIDADES Y ETNOGRAFIA: Avances metodológicos del  
análisis geográfico de comunidades tradicionales*

Leonardo de Oliveira Carneiro

Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora.  
Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense  
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2002)  
Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro - Juiz de Fora, MG – Brasil - 36036-900  
Email: leo\_car@terra.com.br

Nathan Zanzoni Itaborahy

Mestrando em Geografia – IGC/UFMG  
Avenida Antonio Carlos, 6627- Pampulha- Belo Horizonte, MG – Brasil - 31170-900  
Email: nathanambiental@gmail.com

Rafaela Alves Gabriel

Cientista Social – ICH/UFJF  
Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro - Juiz de Fora, MG – Brasil - 36036-900  
Email: xrafaelaalves@gmail.com

**Resumo**

O conceito de território tem na Geografia seu campo de análise privilegiado, ciência esta que estuda as diferentes facetas do espaço. Com tal propósito, o trabalho de campo, espaço-tempo da observação da diversidade humana e espacial, tem importância reafirmada na análise dos territórios e na investigação geográfica, uma vez que o conhecimento de uma determinada localidade e sua cultura só pode se dar de maneira abrangente se partir de uma observação participante. A partir da contribuição de Raffestin (1993) da territorialidade como um processo de interação entre atores, ou seja, necessariamente uma relação e uma construção social que objetivam autonomia de acordo com os “recursos do sistema”, este artigo tem como objetivo apresentar a contribuição da etnografia às análises geográficas/territoriais de comunidades tradicionais. Tendo em vista a ideia de “processos de territorialização”, que antes de recorrer à relação homem-meio são próprios da relação entre atores sociais, nos

esforçaremos em consolidar experiência etnográfica como uma interessante ferramenta metodológica e analítica em Geografia.

**Palavras-chave:** Território e territorialidades; Etnografia; Trabalho de campo; Comunidades Tradicionais.

### Abstract

The territory is a concept which has a geography privileged analysis field, a science who studies the differential aspects of space. With this purpose, the fieldwork, observation's space-time of human and spatial diversity, has reinsured importance for territory analysis and geographic investigation, once that knowledge of a specific location or culture just can be learned through a wide participant observation. From Raffestin's contribution (1993) of territoriality as an actor's interaction process, that means, a necessarily relation and a social construction aiming autonomy according to "system resources", this article has the goal to uncover the ethnography tool's contribution for analysis geography and territorial of traditional communities. Adding the temporal factor to the territory idea, we end up referring to "territorialization process", that before recurs to the men-environment relation, are due social actors relation, and, soon, may have in the ethnography experience an interesting methodological and analytical tool.

**Key-words:** Territory and territorialities; Ethnography; Fieldwork; Traditional Communities.

### Resumen

El territorio es un concepto que tiene en la geografía el campo de análisis privilegiado, ciencia interesada en las diversas facetas del espacio. Para ello, el trabajo de campo, el espacio-tiempo de observación de la diversidad humana y el espacio, han reafirmado la importancia para el análisis de los territorios geográficos y de investigación, ya que el conocimiento de un lugar en particular o de la cultura sólo puede darse a partir de una observación participante. A partir de la contribución de Raffestin (1993), de la territorialidad como un proceso de interacción entre los actores, que es necesariamente una relación y una construcción social para la autonomía de acuerdo con los "recursos del sistema", este artículo tiene como objetivo descubrir la contribución de la herramienta etnográfica para el análisis geográfico de comunidades tradicionales. Agregando el factor tiempo la idea de territorio, se hará referencia a los "procesos de territorialización", aquellos que antes de pasar al hombre y el medio ambiente, son a su vez la relación entre los actores sociales, y por lo tanto pueden tener en la experiencia etnográfica una interesante herramienta metodológica y analítica.

**Palabras clave:** Territorio y territorialidades; Etnografía; Trabajo de campo; comunidades tradicionales.

## Introdução

Sobre a Geografia e suas pretensões científicas encontramos uma infinidade de sistemas conceituais, objetivos e práticas. A Geografia<sup>1</sup> é um campo de conflitos ideológicos: a dualidade sociedade-natureza – constructo do pensamento moderno-colonial – colocou-a numa condição de espaço de tensões ideológicas e filosóficas. Desde uma ciência descritiva e empirista até a compreensão do espaço como formas quantificáveis “existem tantas Geografias quanto forem os métodos de interpretação” (MORAES, 2011, p. 46), o que nos leva a importância do método e do sujeito cientista na concepção do pensamento geográfico. Esse caleidoscópio de percepções, que constroi e dá sentido aos espaços, varia não só com a formação teórico-acadêmica dos pesquisadores, mas também com sua *experienciação do mundo*, afinal os diversos meios, fatores e ações sociais, tal como proposto por Durkheim (1993), nos influenciam, direcionando nossa percepção e apreensão dos contextos a nossa volta.

Nessa gama de possibilidades na qual a Ciência Geográfica se faz, coexistem visões diversas sobre os conceitos/conceituações: os sistemas interpretativos do espaço vão privilegiar os conceitos (e seus significados) que lhe permitam uma melhor apreensão da realidade, segundo os objetivos e preceitos do cientista e de sua visão de mundo.

Dessa maneira, o “território” se encontra naquelas geografias e geógrafos que vêm nas dimensões da política e da cultura (de forma alguma contrapostas, senão que agregadas e concomitantes) questões cruciais para a compreensão da formação do espaço geográfico. Sua conceituação articula pares como dominação e apropriação, poder e identidade, função e símbolo.

Assim, nos aproximamos, com nossa intenção geográfica (dentro dessas tantas Geografias), a uma compreensão do espaço como um processo. Dizer isso significa o pensar juntamente ao fator temporal. É nesse sentido que a ideia de “territorialidade ativa” (DEMATTEIS, 2008) nos surge como uma interação entre diferentes atores do território, já que ela se dá no intuito de satisfazer tais sujeitos, a partir dos recursos

---

<sup>1</sup> Aqui, estamos nos referindo a Geografia enquanto uma disciplina institucionalizada pela ciência moderna ocidental. O espaço vivido é multidimensional e complexo: nele natureza e sociedade se integram e não se contrapõem.

dispostos no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993). Como qualquer ação ela é construída no tempo e no espaço, sendo a temporalidade também fator primordial para entender a formação social e espacial (SAQUET, 2011).

Fazer uma Geografia, tanto no seu sentido humano, quanto no cultural e político, é compreender como se dão tais relações sociais no território. E aqui se encontra nossa proposta: o geógrafo deve ser aquele cientista que vivencia as relações humanas, pois elas se dão no/com o espaço, transformando-o e significando-o.

Para tanto, acreditamos que seja necessária a aproximação dos estudos geográficos à Antropologia. Primeiramente por esta ciência abordar o território como um dos fatores de extrema relevância nas definições sociais e no modo como se dá o desenvolvimento de certos agrupamentos humanos. Isso é facilmente evidenciado nas bibliografias clássicas como em Malinowski (1978), descrevendo o Kula, sistema intercambial de trocas comerciais e simbólicas, entre as tribos da extremidade oriental da Nova Guiné, com a riqueza de detalhes sobre a natureza local e sua influência nas representações sociais; assim como nas bibliografias mais recentes, como o José Guilherme Magnani (1999), que traça perfis diferenciados desenvolvimento e ocorrência de fenômenos urbanos como o “neo-exoterismo”, de acordo com a divisão dos bairros e centros da cidade de São Paulo.

A renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para, ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu “território” ou *homeland*. Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. (LITTLE, 2002, p.3)

Por segundo, nos aproximamos da Antropologia na intenção de demonstrar a possível contribuição da ferramenta etnográfica, enquanto método de pesquisa geográfica<sup>2</sup>, aos produtos desta ciência. Temos de antemão a certeza da importância dos

---

<sup>2</sup> Lançamos mão da diferenciação entre método de interpretação e método de pesquisa nas ciências humanas (MORAES e COSTA, 1984). O primeiro fala sobre a visão de mundo do pesquisador e a segunda das ferramentas de pesquisa.

trabalhos de campo ao longo da história dessa ciência, desde a Geografia dos Viajantes (dos naturalistas, como Humboldt) até as atuais perspectivas.

Esperamos contribuir com a metodologia no trabalho de campo em Geografia, sobretudo aos recentes estudos das comunidades tradicionais brasileiras, que em muitas vezes, têm se esforçado em “pensar politicamente a cultura” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 168), mostrando a (ainda) obscura diversidade territorial brasileira.

Quando nos referimos aqui a Etnografia estamos falando de um conjunto de técnicas de trabalhos de campo, tradicionais da Antropologia (e da Etnologia), que nos apresenta a importância das vivências e experiências<sup>3</sup> junto aos grupos sociais estudados. Adiante a exploraremos em alguns de seus importantes pontos, da mesma forma que buscaremos demonstrar sua possível contribuição à compreensão dos territórios e suas territorialidades. Acreditamos que rompendo algumas fronteiras disciplinares acadêmicas podemos rumar a um enriquecimento nos propósitos e nas práticas do trabalho de campo geográfico.

### **Territorialidade: um processo, uma relação**

A territorialidade, vista como uma relação que fala de uma tensão - afinal o território é composto de territorialidades nas quais os sujeitos coletivos transformam e tencionam com os poderes estabelecidos - é uma categoria que deve ser desvendada em suas diversas nuances e particularidades. Não temos dúvida de que só alcançaremos esse desvendar num esforço de pesquisa lento e cuidadoso. Dessa maneira objetivaremos anunciar a nossa visão sobre a territorialidade, para que possamos firmar as relações desta com o método etnográfico.

Lançamos mão da crítica apontada por Raffestin (1993) em sua obra “Por uma Geografia do Poder” de que o território foi tomado por muito tempo, a partir das leituras ratzelianas, como unicamente o território do Estado. Ele aparecia como aquela área necessária à reprodução de uma população, o que leva a uma naturalização do território, reforçada pela ideia de “Espaço Vital” (RATZEL, 1990).

---

<sup>3</sup> Contrapomos aqui o tradicional “experimental” da ciência positivista ao “experienciar”. Experimentar significa induzir objetos, enquanto experienciar significar estar junto ao próprio objeto, ou vivenciar o contexto cultural e ambiental no qual ele se insere, que dessa maneira vai de objeto a sujeito.

A evolução no debate deste conceito somada as transformações na história do homem e seu espaço levaram a importância dos sentidos imateriais ou subjetivos que envolvem a relação sociedade-natureza, da mesma forma que o caráter multidimensional do poder nas relações sociais (RAFFESTIN, 1993). Nesse âmbito aparecem os estudos que vão dar relevo a territorialidade na concepção das relações sociais e espaciais. Podemos citar, por exemplo, os estudos de Jean Gottmann (1973 apud SAQUET, 2009), do próprio Raffestin (1993), Bonneimaison (2002), Haesbaert (2004) e suas multiterritorialidades, dentre outros, que se despertaram para os aspectos simbólicos, relacionais, culturais, políticos e existenciais inerentes à construção dos territórios.

Num quadro geral a territorialidade aparece em boa parte da literatura como o sentido de “pertencer àquilo que te pertence” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p.19), que se aproxima um tanto das expressões do apego ao lugar, a “topofilia”, enunciada pela Geografia Humanista, assim como do chamado “regionalismo”. Esse sentido de pertencimento e orgulho de ser de determinado local de fato é um componente a se pensar no entendimento da territorialidade, indicando um interessante caminho de pesquisa.

Quando se fala em territorialidade diretamente se refere à obra do geógrafo Robert Sack: em 1986 o autor vai publicar a obra “Human Territoriality” (SACK, 1986) apresentando a visão da territorialidade como “a tentativa por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2011, p. 76), ou seja, uma estratégia humana a partir de uma ação no espaço. De fato sua contribuição é significativa e aparece como outra vertente possível de análise da territorialidade, claro que um tanto mais materialista que a anteriormente colocada. No entanto, ela nos leva mais a ideia de “territorialismo” do que propriamente a territorialidade, como aponta Souza (1995).

Entendemos, em conformidade com Dematteis (2009), que essa visão apontada por Sack se refere a uma territorialidade passiva e negativa, já que ela “objetiva excluir sujeitos e recursos” (DEMATTEIS, 2009, p. 35). Não negamos sua existência, mas apontamos uma perspectiva mais inclusiva do termo para compreender as territorialidades das comunidades tradicionais brasileiras, a exemplo das comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas.

Quanto a essas territorialidades acabamos por entendê-las nos formatos propostos por Raffestin (1993), ou seja, em uma perspectiva relacional: a territorialidade é, assim, “a maneira pela qual as sociedades se satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação” (p. 153), sendo esta satisfação propiciada pelo “processo de troca e/ou informação” (p. 154). Isso quer dizer que ela é uma construção entre atores sociais de um território, dessa maneira ativa e positiva, já que ela visa incluir sujeitos ou “deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão” (DEMATTEIS, 2009, p. 35).

Entendendo a territorialidade como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” estamos assinalando-a como um processo, ou seja, como algo dinâmico. E esse acontecer da interação entre os sujeitos do território envolve sempre uma relação com o outro – alteridade – e nessa via Raffestin (1993) é enfático ao ponderar que esse outro não se trata só do “espaço modelado” (p. 159), senão que “os indivíduos e/ou grupos que aí se inserem”. O autor não suprime a importância do espaço nessa relação, ao dizer que “a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros” (p. 160).

Acabamos por concluir que, entendendo a territorialidade como algo dinâmico, assim como a cultura, o fazemos também com o conceito de território, outrora visto de maneira estática, ou como um mero recorte espacial. Torna-se interessante pensar a expressão “processos de territorialização”, que nos permite agregar as dimensões do tempo e do espaço, além de colocar o território em uma posição de eterno campo de embates políticos<sup>4</sup>, nos poupando do risco de pensar o espaço sem ação social.

A fim de elucidar a possível contribuição da Etnografia à análise das territorialidades, tal como entendemos, ativas e inclusivas, trabalharemos seus fundamentos e suas interlocuções com o trabalho de campo em Geografia.

---

<sup>4</sup> Lançamos mão do conceito de política de Arendt (2010), como uma condição da vida social, ou seja, como o exercício do encontro das diferenças. Com essa colocação, concordamos com Raffestin (1993): o poder é inerente a qualquer relação social, que logo, se torna uma relação política.

## Espacializando a tensão “dentro” e “fora”: Etnografia e Geografia

*“A Geografia está em toda parte”*

(COSGROVE, 1998, p. 93)

O geógrafo é um filósofo do espaço. Isso nos diz que seu trabalho requer uma constante observação dos fenômenos socioespaciais. O olhar geográfico é incessante: das pequenas simbologias aos acordos políticos globais “a Geografia está em toda parte”, ou seja, negligenciar o todo ou a parte pode levar a conclusões incoerentes no âmbito dessa ciência.

O espaço geográfico, como nos ensina Milton Santos (1991), tem a análise de sua totalidade não somente com a soma das porções espaciais, mas por uma dialética entre as partes e o todo, que está em constante transformação. Ousamos a dizer que muito daquilo que o autor propõe funciona de forma análoga ao que Laplantine (1988) chama de “o dentro e o fora” como uma tensão constitutiva da prática antropológica.

Essa semelhança, em nosso entendimento, é clara em dois aspectos: (1) num panorama teórico, ao exigir a visão do espaço com uma totalidade, e afirmar que “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 1996, p. 314), Santos está fazendo uma exigência similar a da Antropologia, que nos ensina que um fenômeno “só adquire significação antropológica sendo relacionado à sociedade como um todo na qual se inscreve e dentro da qual constitui um sistema complexo” (LAPLANTINE, 1988, p. 156), deixando claro que ao estudar o espaço do homem a Geografia vivencia a tensão “dentro e fora” como a ciência antropológica; (2) num panorama metodológico, o “dentro e fora” para o cientista da Geografia significa também um dilema sobre a escala geográfica ideal para análise dos problemas, do sentido dos trabalhos de campo e do cotidiano do pesquisador, e das referências globais que o lugar contém ou das locais que compõe a totalidade do espaço.

A princípio, diríamos que no aspecto teórico (1) que une a Antropologia e a Geografia nessa tensão constitutiva, ambas as ciências têm significativas e densas discussões. Milton Santos (1996) tangencia o “dentro e o fora” em suas escritas sobre epistemologia espacial ao falar do lugar e sua relação com os processos da globalização



(nos termos das verticalidades e horizontalidades), da mesma maneira que a própria tradição “regional” da Geografia refere-se a um recorte de diferenciação de áreas particulares e gerais. No entanto, esta ciência, se comparada a Antropologia e sua Etnografia, ainda anda a passos curtos no que se refere ao trabalho de campo e a metodologia (2) de pesquisa em Geografia. Lembra-nos Paul Claval (2002) ao colocar etnólogos e geógrafos em um mesmo grupo:

A realidade que os geógrafos estudam é sempre aquela de uma cultura particular. Como analisar essa realidade sem considerar seus recortes mais importantes, sem perder o que faz a sua especificidade? Ao desconfiar dos relatórios simples, por serem feitos na óptica do observador, o etnólogo Clifford Geertz (1973) nos dá um norte. O etnólogo e o geógrafo devem praticar a arte da “descrição densa” (thick description). Trata-se da única maneira possível de integrar, pelo menos, algumas das particularidades culturais das populações e dos lugares estudados (CLAVAL, 2002, p. 20)

Encontramos uma pluralidade de ferramentas metodológicas considerável nesta ciência, umas com formatos mais objetivos, outras até minimalistas, que acabou por gerar um afastamento das discussões sobre os trabalhos de campo geográficos, como aponta Suertegaray (2002) “a pesquisa de campo é um tema muito importante na Geografia, porém, com pequena discussão” (p. 92).

É importante termos em mente alguns dos aspectos mais relevantes do que se propõe como trabalho de campo dentro da Antropologia. A Etnografia, é como sabemos, um método voltado para conseguir a introjeção de um sujeito, a princípio desconhecido e desconhecedor, em um determinado local. Para que isso aconteça de maneira dinâmica e efetiva<sup>5</sup> é imprescindível que o pesquisador tenha tempo para aplicar e se disponibilizar durante a pesquisa. Para ter acesso as informações mais complexas (dependendo do campo, até mesmo as informações mais simples) é necessário que haja criação de laços de reciprocidade e de identificação, entre o pesquisador e o pesquisado.

A partir disso, emerge outro aspecto fundamental a preparação do pesquisador: ele deve carregar a consciência da influência que causará nos lugares, e de todas as

---

<sup>5</sup> É importante destacar que um sujeito completamente alheio ao conjunto de sistemas e normas de um determinado lugar, dificilmente será absorvido integralmente (naturalmente) ao cotidiano desse lugar. Tornando o pesquisador, também, exótico aos olhos dos nativos.

dificuldades que aparecerão pelo encaminhar do trabalho. Portanto é preciso exercitar o desaparego de seus costumes tradicionais e se colocar aberto a todas as experiências proporcionadas por este tipo de trabalho. No entanto, precisamos lembrar que uma desconexão completa com os nossos valores culturais tradicionais é tão impossível quanto se tornar um “nativo”.

O fato é que o trabalho de campo em Geografia ainda não se debruçou sobre uma discussão mais densa que elenque temas como, por exemplo, os dilemas do sujeito-pesquisador, as fases de um trabalho de campo, as formas de aproximação do espaço pelos grupos sociais, a especificidade de cada trabalho, dentre outros. Em sua atividade, o geógrafo, que lida com o que “está em toda parte”, tem uma dificuldade para realizar os movimentos de entrada e saída de um trabalho.

Apresentamos a Etnografia como uma ferramenta metodológica que consiste no

exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta (ROCHA e ECKERT, 2008, p. 2)

Basicamente, isso representa uma tensão com o olhar das aparências: “se engajar em uma experiência de percepção de contrastes sociais, culturais, e históricos” (ROCHA e ECKERT, 2008, p. 2) significa negar uma ciência humana que se apoia nos levantamentos indiretos, na coleta de dados por si só, na compreensão dos sujeitos analisados como meros objetos da pesquisa.

A Etnografia é a prática da crítica ao objetivismo científico nas ciências humanas. Isso não se dá só com a proposta das observações diretas, vivências, descrições densas (GEERTZ, 1989), mas também com a relevância do “feeling” do sujeito cientista.

Damatta (1974) discorre sobre a importância do que ele chama de “Anthropological Blues”, como “elemento que se insinua na prática etnológica, mas não estava sendo esperado”, ressaltando que os acontecimentos inesperados ou extraordinários, como, por exemplo, as conversas de canto de sala e os problemas operacionais no trabalho de campo que compõem a vivência do pesquisador, conformam sua visão sobre aquela realidade, sendo um componente inevitável do ofício

do etnólogo e uma forma de compreensão de suas próprias concepções, de sua presença no mundo.

Para o autor, toda a imersão do pesquisador em seu ofício nos leva a “dupla tarefa de: (a) transformar o exótico no familiar e (b) o familiar no exótico” (DAMATTA, 1974, p 28), retornando a tensão “dentro” e “fora”. O exercício etnográfico leva tanto ao conhecimento do outro como ao seu próprio conhecimento, e mesmo que o conhecimento da territorialidade do outro nos leva a tecer um olhar diferenciado sobre a nossa própria territorialidade. Lembrando Boaventura de Sousa Santos: “todo conhecimento científico é um autoconhecimento” (SANTOS, 1987, p. 52).

Não só nesse ponto voltamos ao “dentro-fora”, senão que ao pensarmos a Geografia como a ciência que estuda o espaço, concluímos que a Etnografia pode nos levar da parte (dentro) ao todo geográfico (dentro e fora), satisfazendo a colocação miltoniana do espaço como totalidade. Como aponta Geertz (1989):

O problema metodológico que a natureza microscópica da etnografia apresenta é tanto real como crítico. Mas ele não será resolvido observando uma localidade remota como o mundo numa chávena ou como o equivalente sociólogo de uma câmara de nuvens. Deverá ser solucionado — ou tentar sê-lo de qualquer maneira — através da compreensão de que as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas; de que, de onde vem uma interpretação não determina para onde ela poderá ser impelida a ir. Fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas, as piscadelas à epistemologia, ou incursões aos carneiros à revolução, por que eles são levados a isso. (GEERTZ, 1989, p. 17)

Dessa forma, não temos dúvida de que a Etnografia pode contribuir ao exercício geográfico. Muito do esforço epistemológico da Geografia se deu com o intuito de promover uma ciência de síntese, ou seja, que transpõe a dualidade entre geografia tópica e geral.

No entanto, nosso questionamento não se encerra quando relembramos o que Cosgrove anuncia: “a geografia está em toda parte”. Isso a princípio não soa como um problema, mas o pode ser: sendo atividade do geógrafo observar continuamente o espaço e as relações sociais que nele, por ele e com ele se dão, o trabalho de campo não se difere do exercício cotidiano do geógrafo. É, senão, uma sistematização desse labor com um objetivo pré-estabelecido.

Recorremos aqui à ideia de Damatta (1987) do trabalho de campo como um “rito de passagem” para o pesquisador: nestes tipos de ritos, observados nas mais diversas culturas, em certos momentos os sujeitos envolvidos ocupam espaços intermediários, “longe dos olhares inibidores e protetores de seus pais e parentes” (p. 150), nos quais refletem sobre os valores das “regras sociais, canções, gestos, emblemas” (p. 151) que vão além dos laços sanguíneos, ou seja, fazem uma reflexão sobre os sentidos sociais, culturais e morais daquele grupo no qual está se ingressando.

Para o autor, movimento similar acontece com o pesquisador no seu trabalho de campo, no entanto com o duplo movimento (exótico-familiar e familiar-exótico) ao qual já nos referimos:

Aqui desejo simplesmente observar que a iniciação na antropologia social pelo chamado *trabalho de campo* fica muito próxima deste movimento altamente marcado e consciente que caracteriza os rituais de passagem. Realmente, em ambos os casos, antropólogo e noviço são retirados de sua sociedade; tornam-se a seguir invisíveis socialmente, realizando uma viagem para os limites do seu mundo diário e, em pleno isolamento num universo marginal e perigoso, ficam individualizados, contando muitas vezes com seus próprios recursos. Finalmente, retornam à sua aldeia com uma nova perspectiva e os novos laços sociais tramados na distância e no individualismo de uma vida longe dos parentes, podendo assim triunfalmente assumir novos papéis sociais e posições políticas. Vivendo fora da sociedade por algum tempo, acabaram por ter o direito de nela entrar de modo mais profundo, para perpetuá-la com dignidade e firmeza. (DAMATTA, 1987, p. 151)

Assim, este movimento faz parte da natureza do trabalho de campo em Antropologia. “Ritualizando” o trabalho de campo em Geografia, a partir das bases propiciadas pela Etnografia, poderemos rumar a uma ciência dos territórios dos outros e dos nossos territórios, fidedigna às dinâmicas e particularidades de cada sistema territorial. Vencer o obstáculo do fato da geografia *estar em toda parte* talvez seja encarar os dilemas existenciais os quais o geógrafo deve se submeter em seu trabalho de campo, conscientizando-o. É afirmar que os territórios são muitos e que o vivenciamos a nossa maneira.

A partir do exemplo da territorialidade das comunidades tradicionais brasileiras, tentaremos expor, de maneira prática, o esforço para entender os processos de territorialização no trabalho de campo em Geografia.

## **A territorialidade e os processos de territorialização de comunidades tradicionais sobre o olhar etnográfico: possíveis encontros**

Quando falamos de comunidades tradicionais estamos optando pelo esforço de unir uma enorme diversidade social, cultural e territorial, devendo nosso cuidado: estes grupamentos sociais e seus territórios têm características distintas, desde grupos “isolados” indígenas às comunidades quilombolas urbanas encontramos uma diversidade de histórias, espaços, rituais e processos. A própria noção de “processos de territorialização” nos indica que cada uma dessas comunidades tem sua própria temporalidade e territorialidade.

Podemos afirmar que um ponto em comum entre essas comunidades é a resistência. E ela é, sumariamente, uma resistência territorial, o que implica dizer que é também um resguardo e uma manutenção de uma forma de ver o mundo. O território, dessa maneira, é o lugar da reprodução cultural, mesmo que pensemos que a cultura não é uma ação necessariamente pensada ou consciente, ela está inscrita nos modos de vida diversos, ou seja, “não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana” (COSGROVE, 1998, p. 102)

Por isso a resistência territorial nas comunidades tradicionais deve ser vista num esforço de pensar cultura e poder de maneiras articuladas. Para Cosgrove:

O estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto, as vezes, é chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (apesar de eu me concentrar nisso), mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (COSGROVE, 2002, p. 104 e 105)

Assim, enfatizamos que pensar o território é pensar politicamente a cultura. É a possibilidade de entender que existem espaços onde sujeitos interagem no sentido de se agregarem. É também pensar que se a cultura é uma reprodução e o território é um processo, a resistência é o motor (político) da territorialidade. Quando falamos em resistência estamos inspirados nas colocações de James Scott (1990): a resistência é

uma “arte dos dominados” que não necessariamente se dá através de movimentos organizados e com uma coesão clara, senão que muita das vezes está oculta nos discursos não públicos, ou seja, aqueles que se “escondem” dos mecanismos de opressão. Ao imaginarmos que oprimidos atuam frente aos opressores, fazemos o mesmo movimento para dizer que entre si agem de maneira própria, fazem sua própria política, e dessa maneira, resistem.

Aqui voltamos à ideia da “territorialidade ativa” (DEMATTEIS, 2008): se a territorialidade é um processo e em pensar em território é pensar em “processos de territorialização”, devemos enfatizar que os processos de troca de informação e energia (nos moldes de Raffestin) não necessariamente se dão de forma visível ou clara, seja no espaço, seja nas relações entre os atores. Os discursos ocultos (ou trocas de informação) são a marca da resistência das comunidades tradicionais ou mesmo a “política particular” destas. Analisar o território e a territorialidade não levando em conta tais fatores seria incorrer numa falha grave.

Para além, poderíamos dizer que tais processos se dão de maneira específica, ou seja, são guiados por formas de ver e estar no mundo próprias destes sujeitos:

hoje é possível defrontarmos com a emergência de matrizes de racionalidades *outras* tecidas a partir de *outros* modos de agir, pensar e sentir, seja na América Latina, na África, na Ásia, entre segmentos sociais não-ocidentais nos Estados Unidos, no Canadá e até mesmo na Europa, com diversas populações indígenas e de afrodescendentes, que clamam por se afirmar diante de um mundo que se acreditou superior porque baseado num conhecimento científico universal (imperial) que colonizou o pensamento científico em todo o mundo desqualificando outras formas de conhecimento (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 220)

O trabalho de campo rápido e superficial não se esforça em englobar os discursos ocultos, em compreender o cotidiano e as formas de resistência desde uma perspectiva endógena, tampouco em entender que eles são feitos por grupos com “matrizes de racionalidades” distintas da racionalidade hegemônica (eurocêntrica, ocidental e urbana). Nesse prisma, o geógrafo deve, nos trabalhos com comunidades tradicionais, transformar em familiar um exótico que se espacializa “à sua maneira”, da mesma forma que percebe e representa o espaço de maneira própria. O movimento de se ver no *lugar* do outro é essencial para sentir e vivenciar o mundo de outra maneira, de

forma que o resultado dessa experienciação deve ser uma reflexão geográfica sincera e consciente.

E como fomos levados a crer por Geertz (1989), “as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas” (p. 17), os reflexos da pesquisa devem ir além da explicação das especificidades, revelando as contradições que delas emergem, de maneira crítica e engajada, como nos mostra a passagem a seguir:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SUERTUEGARAY, 2002, p. 94)

Etnografar as populações tradicionais e seus territórios é, assim, um movimento de conscientização da diversidade socioespacial do mundo, que sempre diz de um lugar próprio (tanto geográfico como epistêmico, conforme Porto-Gonçalves, 2002) e de sua relação com o mundo, seja através da resistência (oculta), pelas conformações territoriais (sempre interceptadas por outros territórios e territorialidades), ou pelos sinais que o “Anthropological Blues” proporcionar. São as *geo-graphias* porto-gonçalveanas, processo de reconhecimento da ciência sobre as geografias subalternas do “outro” - que jamais ocuparam um lugar de prestígio na Geografia de cunho europeu-cristão-ocidental. *O mundo em busca de novas territorialidades*.

Ademais, se concordarmos com Leff (2009, p. 102) que “a *materialidade da cultura* inscreve-se na racionalidade produtiva de sociedades tradicionais (...) gerando um “efeito mediador” entre a produção e o meio ambiente” podemos nos arriscar a pensar que para compreender a formação do espaço – essa materialidade da cultura de grupos tradicionais – é preciso pesquisar essas culturas particulares através de um olhar “de dentro” para não cometermos genocídios epistemológicos. A relação sociedade-natureza desses grupos pode se revelar a partir dos estudos etnológicos, assim como a “produção do espaço” pelas sociedades tradicionais.

Em nosso caso, por exemplo, o grupo de pesquisa “Da diversidade cultural à diversidade produtiva: a construção dos saberes necessários a transição agroecológica

na comunidade quilombola de São Pedro de Cima”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, trabalha há cerca de quatro anos desvendando e se inserindo nos modos de viver e ser dos moradores da comunidade, localizada na zona rural do município de Divino, Zona da Mata de Minas Gerais. Fomos levados a desvendar as relações entre uma família, sua comunidade e o mundo. Os trabalhos de campo e vivências levaram tanto a questões existenciais e sociais, como os valores familiares e práticas de solidariedade, quanto a contradição produtiva diante da qual os moradores se deparavam (a dependência cada vez maior dos insumos químicos e agrotóxicos e o abandono das práticas produtivas diversificadas da agricultura familiar). As palavras, olhares e histórias carregam mais do que eles mesmos. Carregam a história própria destes sujeitos no mundo.

Vimos que os pacotes técnicos (oriundos de políticas de “modernização do campo”), aplicados de maneira vertical, foram rejeitados ou parcialmente aceitos, na medida em que ocorreu uma integração à economia cafeeira sem destituir alguns princípios estruturantes do modo de vida campestre. Percebemos que as verticalidades<sup>6</sup> que chegam à comunidade, como a pressão da *commodity* do café como forma de sustento e geração de renda, se inserem, mas não diluem a existência autóctone (horizontalidade), a etnoterritorialidade quilombola e campestre. As formas de resistência são as trocas de experiências, de trabalho e produtos, em suma, as redes de solidariedades campestres.

Nossa longa permanência em São Pedro de Cima permite-nos, por exemplo, elaborar reflexões etnológicas que muito têm colaborado para a compreensão de suas territorialidades e da potencialidade agroecológica que percebíamos existir. Por exemplo, podemos falar do sistema de trabalho na comunidade, especialmente nas lavouras de café – principal atividade de geração de renda no local.

A atual conformação fundiária consiste na ocupação de lotes que variam desde 1 até 10 hectares de terra trabalhados com mão-de-obra familiar em um sistema de agricultura campestre que mescla uma agricultura comercial – o café - com grande variedade de plantios para alimentação: feijão, milho, batata, mandioca, abóbora, jiló,

---

<sup>6</sup> “as horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 2004, p. 256).



chuchu, inhame, couve, taioba, grande variedade de frutas e plantas medicinais, dentre outros. Para o grupo de plantio alimentar, a mão-de-obra unifamiliar supre as necessidades de trabalho. Contudo, na cultura do café, atividades como arruamento, a roça, e principalmente a “panha” (colheita) do café necessita de mão-de-obra extra.

Ressalta-se ainda que o período da colheita (entre os meses de maio a agosto) representa também a possibilidade de trabalhar nas lavouras dos fazendeiros do entorno para garantir ganhos extras que se tornam fundamentais para a população de São Pedro de Cima. O adensamento espaço-temporal da “panha” do café faz com que uma antiga estratégia de trabalho coletivo permaneça para garantir a colheita nas lavouras da comunidade e ainda o trabalho extra para os fazendeiros da região: o chamado “troca-dias”. Através de um sistema bastante complexo, grupos interfamiliares trabalham uns nas lavouras dos outros garantindo uma rápida e desonerada colheita, liberando-os para trabalharem na colheita dos fazendeiros. Muitos deles se orgulham de produzirem café há mais de vinte anos e jamais terem pagado uma diária sequer nas suas lavouras.

Não devemos aqui nos desapegar de uma perspectiva crítica ao observar que esta estratégia é utilizada como uma forma de maximização de lucros pelos comerciantes de café que conseguem comprar a produção local em baixas cotações – fato este suportado pelos locais devido ao baixo custo de produção do mesmo – além da continuidade da exploração da mão-de-obra pelos fazendeiros que desde finais do século XIX contavam com esta reserva de mão-de-obra barata para suas fazendas de café no período pós-escravagista.

Por outro lado, o “troca-dias”, aliado ao trabalho em mutirão – utilizado principalmente na construção de casas, terreiros de café e espaços coletivos, e também no caso de doença de algum membro da comunidade – persistem na comunidade como trabalho fundamental na manutenção de sua população e nas estratégias de permanências e resistências comunitárias. Este trabalho campesino não-capitalista, coletivo e solidário, estabelece horizontalidades que impulsionam forças de resistência do lugar e, portanto, de suas territorialidades que absorvem e repulsam à sua forma as verticalidades dos poderes hegemônicos, conforme propõe Milton Santos (2002). Nessa tensão constitutiva se estabelece o lugar e uma singular “geometria do poder”, conforme proposto por Massey (2000).

Esses “encontros”, que são de ordem seculares, constantemente reorientados pela técnica e pelas novas formas de exploração do trabalho, instituem formas de poder e interferem na autonomia local. As pressões e as oportunidades são cooptadas e repelidas pelos locais - em diferentes graus de absorção e de repulsão - que ora buscam junto à Universidade, apoio para a sua continuidade.

Como exemplo, o uso de venenos agrícolas nos plantios de café e de eucaliptos tem se intensificado no local. Uma série de mitos é intensamente veiculada na comunidade, como a crença de que sem o uso de venenos não há possibilidades de combater as “pragas” do café. Por outro lado, esses plantios contam com adubação de base orgânica produzida no local e no meio da lavoura de café encontram-se diversos outros plantios tais como feijões, milho, abóboras, diversos tipos de batatas, etc.

Paralelamente, inúmeros casos de contaminação por venenos agrícolas são relatados. Por conta disso, muitos se negam a utilizar venenos em suas plantações e ainda se recusam a trabalhar na “panha” dos fazendeiros que utilizam venenos. Temos ampliado a discussão dessas tensões no local, que são econômicas e territoriais, mas também corporais, na medida em que é a própria saúde desses sujeitos que corporificam os efeitos dessa verticalização. E é precisamente a partir desse ponto em que pensamos – universidade e comunidade – novas formas de integração e de resistência.

A história particular da comunidade conferiu a ela um processo de territorialização único, que resistiu e resiste às forças externas homogeneizantes (verticalidades). Se hoje encontramos plantios diversos e um quadro de soberania alimentar, eles se devem aos processos de interação (troca de energia e informação) entre os sujeitos desse território, processos estes que se dão no dia-a-dia, e que só podem ser percebidos através de uma relação de confiança entre o pesquisador e os sujeitos estudados, tal como a prática de um olhar paciente, atento a diversidade de olhares que compõe o mundo.

### **Considerações finais**

Estamos propondo uma total revisão do *tempo* da atividade científica, que presa às amarras da modernidade, resultou em uma universidade apressada e superficial. Pesquisa-se com enormes pressupostos, abrindo mão da mágica e a perplexidade que o

espaço pode nos trazer, transformando o trabalho de campo em Geografia em uma atividade banal, des-ritualizada.

O trabalho de campo deve ser o momento no qual o geógrafo se despe de suas certezas e pratica a alteridade. O “dentro” etnográfico se ritualiza: um pré-campo pressupõe uma revisão dos próprios valores culturais, enquanto o campo a imersão total e experiencição nos/dos temas do grupo/território estudado. Já o pós-campo deve ser o momento de (1) rever e ressignificar o familiar e (2) entender os sujeitos estudados e sua relação com o mundo, praticando a compreensão da relação “dentro e fora”, da totalidade e sua relação dialética com a parte.

Insistimos no exemplo das comunidades tradicionais, primeiro, por falar de uma experiencição própria, e segundo, por serem grupos que nos revelam tão bem a diversidade territorial que compõe o mundo, já que através de suas próprias histórias eles percebem e vivenciam o espaço. Estas comunidades nos permitem falar em uma territorialidade que inclui sujeitos, construída por uma relação entre eles, mediada pelo espaço. Eles resistem de maneira oculta (SCOTT, 1990) e desvendar esse *outro* universo é propor uma geografia da diversidade e da afirmação da cultura por meio das relações políticas.

## Referências

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Geografia Cultural: Um Século* (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

CLAVAL, P. “A volta do cultural” na Geografia. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, n. 01, 2002.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. *Cadernos do PPGAS*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1974.

\_\_\_\_\_. *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DURKHEIM, E. Sociologia. In: RODRIGUES, J. A (org.). *Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LITTLE, P. E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade*. UNB, Brasília, 2002.

MAGNANI, J. G. *Mystica Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MALINOWSKY, B. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, O. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 20ª edição. São Paulo: Annablume, 2005

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia Crítica: A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E.; CECEÑA, A. E. (orgs.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

\_\_\_\_\_. *De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. UFF, Niterói: 2006

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem. In: *Ratzel*. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990.

SACK, R. *Human Territoriality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M (org). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo, Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. & SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, M. A. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

\_\_\_\_\_. A renovação da Geografia: a construção de uma teoria de território e territorialidade na obra de Jean Gottmann. *Revista da ANPEGE*. v.5, 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SUERTUEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. *Revista GEOgraphia*. Ano IV, nº 7. Niterói, 2002.

Recebido para publicação em agosto de 2012

Aprovado para publicação em novembro de 2012